Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades

Public policies and social participation in the Amazonian Extractive Reserves: advances, limitations and possibilities

Ligia Terezinha Lopes SIMONIAN¹*

¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

* E-mail de contato: simonianl@gmail.com

Artigo recebido em 13 de abril de 2018, versão final aceita em 9 de outubro de 2018.

RESUMO: A proposição e a constituição das Reservas Extrativistas (Resex) no Brasil enquanto políticas públicas ocorreram em uma conjuntura em que os seringueiros e outras populações tradicionais amazônicas se encontravam ameaçados de modo avassalador pelo poder do capital, nos anos de 1990. Como essas categorias socioculturais resistiram e se organizaram, puderam participar, à época, com propostas políticas de encaminhamentos sobre a regularização de seus territórios, quanto ao valor econômico da floresta em pé, da verticalização da produção, ainda que minimamente, em outros termos, quanto à sustentabilidade de seus processos produtivos, dentre outras questões. Do ponto de vista da metodologia, foram utilizados na caracterização, análise e nos aspectos conclusivos dessa problemática material bibliográfico, documental e produzido em campo. Como resultados das pesquisas, o destaque vai para a regulamentação fundiária com vistas à criação e à implementação das Resex, o que se constituiu em um dos ganhos socioambientais mais significativos das categorias envolvidas nesse processo. No entanto, na medida em que essas Unidades de Conservação (UC) foram surgindo, impasses na gestão territorial e administrativa começaram a ocorrer, principalmente de parte das instituições públicas responsáveis, a saber, do IBAMA e do ICMBIO.

Palavras-chave: políticas e gestão públicas; participação social; Reservas Extrativistas amazônicas.

ABSTRACT: The proposition and constitution of Extractive Reserves (Resex) public policy in Brazil occurred in the midst of a scenario in which rubber tappers and other traditional Amazonian populations were overwhelmingly threatened by the power of financial interests in the 1990s. But those socio-cultural categories resisted and became organized, being able to participate, at that time, with political proposals to advance on the regularization of their territories regarding the economic value of the standing forest, and the verticalization of production, although minimally; in other words, the sustainability of their productive processes, among other issues. The methodology for the characterization, the analysis and conclusive aspects of the problematic herein described were made based on documentary and field-produced bibliographical material. The emphasis in the results of the research leans on land regulation with a view to the creation and implementation of Resex, which can be taken as some of the most significant socio-environmental gains among the categories involved in this process. However, as the Conservation Units were emerging, impasses in territorial and administrative management began to take place, mostly brought forth by the very public institutions in charge of the process, namely IBAMA and ICMBIO.

Keywords: public policies and management; social participation; Amazonian Extractive Reserves.

1. Introdução

As Reservas Extrativistas (Resex) vêm sendo lembradas como o legado mais importante das lutas dos extrativistas e dos agroextrativistas em geral e de Chico Mendes (CM) em particular,¹ especialmente ao se tratar de políticas públicas para o desenvolvimento, em conservação do ambiente e em igualdade social (Allegretti, 2002, 1994; Mendes, 1989). Ele não viveu – assassinado que fora – para ver e/ou aproveitar o que se logrou de positivo desde 1990² e a partir da luta dos trabalhadores da floresta da qual fazia parte. Neste artigo, os avanços, as limitações e as possibilidades dessas Unidades de Conservação (UC) localizadas na Amazônia serão identificados e analisados desde sua origem.

Em 1989, Homma (1989) demandou que se deixasse CM em paz. Isso como reação à repercussão mundial do assassinato dessa liderança e ainda pela causa que CM defendia. Mas com o agrava-

mento da crise ambiental não se tinha como assegurar isso. Ademais, o próprio Homma (Economia, 2012) voltou ao debate em oportunidades diversas e sempre na tentativa de diminuir os esforços dos extrativistas das áreas de florestas.

Souza (2002, p. 34) assim se manifestou quanto à proposta das Resex: “[...] estou convencido de que [CM], meditando sobre o caráter dessa sociedade, especialmente sobre a decadência do proprietário extrativista, desenvolveu as primeiras ideias sobre o projeto tático das reservas extrativistas”. Em parte isso pode ser verdade, mas com essa bandeira de luta, à época, os seringueiros do Acre antes refletiram sua condição de vulnerabilidade extrema.

A proposição e a constituição das Resex no Brasil enquanto políticas públicas ocorreram em uma conjuntura em que os seringueiros e outras populações tradicionais amazônicas se encontravam ameaçadas pelo poder do capital – leia-se, princi-

¹ Leia-se Francisco Alves Mendes Filho (Xapuri, 1944-1988). Osmarino Amâncio Rodrigues (nascido em 1957) e Raimundo Mendes de Barros (nascido em 1945) estiveram juntos – dentre outros seringueiros e ambientalistas acrianos – a Chico Mendes nessas lutas e lideraram a sua continuidade após o assassinato dele.

² Ver o Decreto-Lei n. 98.897/1990 (Brasil, 1987).

palmente, dos madeireiros e pecuaristas –, isso nos anos de 1970 e de 1980 (Cowell, 1990; Revkin, 1990). O sindicalismo dos trabalhadores rurais já existia na Amazônia ocidental e, inclusive, teve uma baixa em Brasileira, AC, com o assassinato do sindicalista Wilson de Souza Pinheiro, em 1980³. À época, em Xapuri, as lutas dos trabalhadores rurais também ocorriam a partir do STR e da mobilização dos seringueiros.

Em 1985, indígenas e extrativistas se uniram e se organizaram inspirados por Chico Mendes, por Alfredo Sueiro Sales (ou Sueiro Kaxinawá) (1917-1996) e a partir da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e da Aliança dos Povos da Floresta (APF) (Allegretti, 1994). Um pouco depois, políticas públicas em âmbito federal foram definidas e implementadas, primeiro em relação aos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), em 1987 e, em 1990, quanto às Resex. Desde que foram instituídos os PAE vêm sendo criados e implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que as Resex o foram na esfera do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁴.

Esses grupos sociais resistiram ao avanço do capital na região amazônica,⁵ se organizaram e puderam participar com propostas políticas de

regularização de seus territórios. Por sua vez, tais propostas implicariam na atribuição de valor econômico à floresta em pé, na verticalização da produção, ainda que minimamente, em outros termos, quanto à sustentabilidade de seus processos produtivos, dentre outras questões. Mas ante esse processo todo e conforme se depreende de Almeida (1994), os extrativistas e os indígenas amazônidas não conseguiram superar a onda de fragmentação do movimento social que se seguiu, a exemplo da proliferação de associações, em muitos casos devido a faccionalismos internos etc.

Possivelmente, o reconhecimento de seus direitos territoriais e do usufruto dos recursos naturais pelo Estado tenham controlado os ânimos reivindicatórios e produzido essa fragmentação. Apesar disso, numa reação a tal processo representantes do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS),⁶ buscaram se reorganizar⁷, em 2007 e em 2015, via II Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, entre 18 e 23 de setembro de 2007. Por ocasião desse evento, foi definida toda uma plataforma de trabalho na qual a proposta era a de ampliar o debate para outros biomas.

³ Ele foi seringueiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasileira; iniciou sua carreira como delegado sindical em 1975 e foi assassinado em 1980.

⁴ Essas modalidades de UC seriam mais tarde também criadas e implementadas em alguns estados e municípios por regulamentações específicas.

⁵ Precisamente, contra a pecuarização crescente e contra a pavimentação da BR 364 que avançava sobre os territórios dos povos da floresta (Allegretti; Fígoli, 1985; Cowell, 1990; Revkin, 1990); por sua vez, a luta dos seringueiros transformou-se em uma luta socioambiental devido à internacionalização do debate.

⁶ Essa denominação do CNS foi definida em 2009, quando substituiu a anterior, a de Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

⁷ “Os principais temas do encontro ser[iam] as mudanças climáticas, o desmatamento, os desdobramentos do PPG-7, a redução da pobreza dos povos que habitam a floresta e as iniciativas de exploração sustentável dos recursos florestais” (Encontro, 2007, n. p.). Este evento foi patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também pelos governos do Acre, do Amapá, do Pará (Id., *ibid.*). Ainda, segundo este mesmo documento, o II Encontro incluiu o Ciclo de Debates do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, patrocinado pelo MMA.

Todavia, ante o retrocesso das políticas/ações públicas, outra tentativa de organização unificada foi efetivada em 2015, ainda sob a liderança do CNS, da COIAB, do GTA e dos quilombolas, sendo que estes passaram a se integrar como grupo em tais processos de reorganização ou ‘movimentos de revitalização’, como propôs Wallace (1956). Em novembro de 2015 e depois de toda uma preparação liderada por caciques indígenas,⁸ conforme Brunch (2015, n. c.), a Aliança de Guardiões da Mãe Natureza foi lançada na COP 21, em Paris.

De todo modo, as políticas e a gestão públicas específicas para as populações extrativistas, ribeirinhas e indígenas têm sido predominantemente negativas nesses últimos tempos. A redução de áreas ocorrida via Medida Provisória da ex-presidenta Dilma Rousseff é um indicativo forte nesta direção (Brasil, 2012). Recentemente, ainda à guisa de exemplo, o governador do estado do Pará “[...] criou um grupo de trabalho para elaborar um Plano Estadual de Consultas Prévias, Livres e Informadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, sem antes consultá-los sobre a criação do GT” (Campelo, 2018, n. p.). Isso também pode ser definido como um desrespeito à Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁹.

Tais políticas e ações públicas são acompanhadas, em geral, por reações contrárias por parte do setor privado, em especial com relação a projetos de grande porte, que veem seus interesses ameaçados. Isso tem acarretado não só contratempos para tais

populações, mas também retrocessos quanto às suas vidas, direitos assegurados e desarticulação de processos de desenvolvimento em bases sustentáveis. De fato eles se obrigam frequentemente a se envolver em lutas, inclusive entrando na justiça com ações, o que lhes demanda muito tempo e outros inconvenientes.

1.1. Perspectivas metodológicas

Do ponto de vista da metodologia, privilegiou-se a qualitativa (Malterud, 2016). Assim, trabalhou-se com uma bibliografia especializada, com a documentação histórica, a legal e a imagética, e, ainda, utilizou-se dados produzidos em campo e com um viés antropológico e interdisciplinar no contexto da produção do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Contou-se ainda com um *background* formado por dissertações de mestrado e teses de doutorado orientadas pela autora¹⁰. O destaque aqui vai para a extensão dessa produção, para os textos que tratam sobre questões diversas, como políticas públicas, gestão pública, governança etc. E embora esse material não apareça diretamente no texto fora utilizado na caracterização, análise e nos aspectos conclusivos da problemática em discussão.

No mais, optou-se por consolidar a pesquisa via interdisciplinaridade. Raynaut (2014) ressalta o aspecto contemporâneo dessa possibilidade metodológica. Para Leis (2011, p. 107),

⁸ “Brasília, 14 de abril de 2015, em frente ao Congresso Nacional, o apelo à aliança dos guardiões da mãe natureza [...]” fora feito pelos caciques PirakumanYawalapiti, Txicão, Aritana Yawalapiti, Raoni Metuktire, Davi Yanomami, Afukaka Kuikuro e Tabata Kuikuru (Bruch, 2015, n. p.).

⁹ A respeito, “Os Ministérios Públicos Estadual do Pará e Federal, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado (DPUE) pediram a revogação da medida” (Id. *ibid.*).

¹⁰ Ver na HP <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/menu/263> as orientações de dissertações e de teses sobre Resex e outras UC/AP feitas pela autora entre 2001 e 2017; também, ver na HP <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15609/1/2013> o resumo de dissertação em coorientação.

A interdisciplinaridade se apresenta como uma questão central do trabalho científico contemporâneo. No entanto, não existe ainda uma reflexão suficientemente aprofundada e consensual capaz de elucidar os amplos aspectos de problemas epistemológicos que enfrenta, cotidianamente, o pesquisador e o docente que se enveredam nessa área.

Outros autores ressaltam a importância da interdisciplinaridade na superação da fragmentação dos conhecimentos (Martins *et al.*, 2017). Por sua vez, Pinto *et al.* (2015) buscaram entender essa questão a partir de estudo sobre interdisciplinaridade e turismo, em que ressaltam a importância da ciência política, da economia e da antropologia, o que permite observações múltiplas, garante análises sofisticadas e uma compreensão mais próxima da realidade.

Neste *paper* e após esta introdução, o que segue é uma discussão teórica envolvendo os conceitos de políticas e gestão públicas, participação social e áreas protegidas. Logo, tem-se uma abordagem crítica sobre a Amazônia brasileira, notadamente no que diz respeito aos processos que resultaram na criação das Resex pelo Estado. Depois, têm-se duas seções em que as políticas e as gestões públicas sobre essas UC são apresentadas e discutidas, sendo que o mesmo pode ser dito a respeito dos processos de organização das populações tradicionais da região. Ao final, as conclusões são apresentadas envolvendo os pontos ressaltados ao tempo em que sugestões são indicadas para discussões futuras.

2. Políticas e gestão públicas, participação social e áreas protegidas: perspectivas conceituais

As questões em discussão remontam a tempos antigos, principalmente à relação entre seres humanos, natureza e Áreas Protegidas (AP). Em modalidades distintas, povos prístinos definiram áreas consideradas essenciais para seu *modus vivendi* e as protegeram (Simonian, 2000). Exemplar a respeito foi a experiência dos Inca que dispunham de áreas naturais reservadas para além das terras coletivas. E, como posto por Simonian (2000) e por Lope de Veja [1609] *apud* Prado, 1984), Estados antigos, modernos e contemporâneos, têm se envolvido com essa problemática, em especial a partir das políticas e da gestão de AP e, também, por garantir, ainda que minimamente, a participação da sociedade.

Pesquisadores dos séculos XVIII e XIX explicitaram suas preocupações com a sustentabilidade e as insustentabilidades que, aliás, têm estado na base da proposição, criação e implementação das AP. Exemplares a respeito são Carlowitz (séc. XVIII, *apud* Haber, 2010) e Engels (1977) que, dentre outros, trataram do tema à época da destruição das florestas europeias devido ao uso excessivo de madeira para a calefação. Também, Marx ([1867] 1946), no volume um da obra *O Capital*, apontou questões socioeconômicas dos *enclosures*, que produziram tanto a degradação dos recursos naturais, quanto da condição social dos trabalhadores. Dentre outros, Hardin (1960) retoma este debate, tendo ainda tratado de suas implicações ambientais e contradições sociais.

A se pensar em modernidade, o processo de institucionalização das AP pelo Estado começou no século XIX e a partir de então se consolidou. Nesta direção, a primeira modalidade foi a dos Parques Nacionais (PARNA),¹¹ sendo que desde então muitíssimas outras foram criadas; as razões para tais criações têm variado desde as de natureza

paisagística, as vinculadas à proteção da biodiversidade até as que envolvem direitos sociais ao ambiente, a exemplo das Resex. A gestão destas AP tem responsabilidades diversificadas,¹² todas definidas pelo Estado e pela legislação; no caso do Brasil, é na Constituição vigente (Brasil, 1988) e no SNUC (2000), que elas se encontram.

Ao longo deste processo e nas últimas décadas, junto às discussões e propostas quanto ao desenvolvimento, surgem com força as categorias desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento (Redclift, 2000; Sachs, 2009). As instituições internacionais como o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução de Desenvolvimento (BIRD)), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comunidade Europeia (CE) garantiram, junto às Conferências Internacionais sobre essa problemática e o ambiente, as condições para esse debate. Mas ante resultados nada positivos, contra-argumentos argumentações plenos de complexidade começaram a surgir, a exemplo da participação dos extrativistas e agroextrativistas.

A participação social tem permeado tais realidades, seja com o aval do Estado ou não. No caso da proposição das Resex, a questão socioambiental foi determinante, com destaque para a organização sindical e comunitária (Allegretti, 2002; 1994; Mendes, 1989). Aliás, este processo ocorreu em âmbito global embora a partir de experiências muito particulares e/ou ‘projetos pilotos’, a exemplo das mobilizações na Índia, no Equador e em outros países, conforme Equador (2010; 2002) e Shiva

(1993), dentre outros autores que têm discutido no âmbito da academia.

Em que pesem esses avanços, todo um novo movimento crítico ao desenvolvimento os acompanhou, a exemplo dos estudos de pós-desenvolvimento e da antropologia do desenvolvimento, daqueles envolvendo os colonialismos e processos de descolonização e, mais recentemente, o *buen vivir* (Gudynas, 2011). Sobre o pós-desenvolvimento, Escobar (2014, p. 31) ressaltou um dos elementos deste conceito e com ele buscava-se:

[...] enfatizar la importancia de la transformación de la configuración particular de conocimiento y poder establecida por los conocimientos expertos. Con este fin proponía que las ideas más útiles acerca de las alternativas podrían ser obtenidas de los conocimientos y prácticas de los movimientos sociales, más que de los flamantes expertos formados en las grandes universidades del mundo.

Aliás, esta é uma proposta que já vinha sendo muito trabalhada pelos antropólogos, como por Lévi-Strauss (1989), quando propôs o conceito de ‘ciência do concreto’.

A problemática da descolonização já está na academia há algum tempo, mas nos últimos anos o tema a tem inundado (Casanova, 2006). Vejam-se algumas questões trabalhadas: colonialismo interno, processos de descolonização, diversidade etnocultural e socioambiental e, ainda, sustentabilidade. Autores como Bourdieu (1958) e Stavenhagen (1963) se envolveram com essas questões e publicaram a respeito, o primeiro pensando no processo de descolonização da Argélia, e o segundo, analisando

¹¹ O PARNA de Yosemite dos EUA é sempre apresentado como a primeira AP criada pelo Estado em tempos modernos (Dorst, 1973).

¹² A saber, do Estado, dos estados federados, dos municípios, de segmentos étnicos e/ou sociais, o que inclui os indígenas, os quilombolas, os trabalhadores extrativistas, o empresariado.

as contradições internas e profundas da sociedade mexicana.

A valorização do conhecimento tradicional começou a ser feita em especial a partir da antropologia de, dentre outros autores, Lévi-Stauss (1989) Darel Posey, e Simonian (2007; 2000). Mais recentemente, sábios entre os próprios indígenas e outras sociedades tradicionais vêm se expressando conceitualmente acerca da importância dos conhecimentos de suas sociedades. Como ressaltado por Simonian (2000), os Iroqueses, os Yanomami e os seringueiros, dentre outros, têm elaborado e divulgado propostas. E em 2002, os Kaxinawá junto a colaboradores (Cunha & Almeida, 2002) lançaram uma enciclopédia da biodiversidade.

A proposta teórica identificada como *buen vivir* reflete realidades da América andina, em que o conhecimento tradicional, ou seja, o conhecimento fundado nas raízes milenares da cultura regional é trabalhado no dia a dia. Autores como Gudynas (2011) e Gudynas & Acosta (2011) têm sido importantes quanto à conceituação e análise nesta direção. Contudo, críticas começam a surgir, especialmente por serem essas experiências muito localizadas e que apesar da capacidade de resistência dos indígenas andinos e de outras regiões, eles vivem em luta constante contra o capital, o que dificulta sobremaneira a sua cotidianidade.

3. O contexto ambiental, econômico e sociopolítico da luta de Chico Mendes

Francisco Alves Mendes Filho, sindicalista que se envolveu com o meio ambiente, tornou-se símbolo da mobilização em favor da justiça social

no campo e do uso sustentável da floresta amazônica. Chico Mendes protagonizou, em companhia dos seringueiros e indígenas, um capítulo dos mais transformadores da história socioambiental da Amazônia. Os reflexos dessa experiência continuam a influenciar movimentos sociais, ambientalistas, pesquisadores e políticas públicas ambientais em território nacional.

Mudanças nos jogos de interesses financeiros no início da década de 1970 promoveram alterações profundas nas relações sociais, produtivas e ambientais existentes na Amazônia. De acordo com Allegretti (2002), a falência das empresas seringueiras causou um déficit enorme à instituição financiadora da borracha, Banco da Amazônia S.A. (BASA). Como meio de assegurar o retorno dos recursos emprestados, este banco passou a renegociar os passivos dos seringueiros e intermediar a venda dos seringais endividados para empresários do sul do país. O próprio governador¹³ do Acre promove, na época, uma campanha de divulgação sobre o potencial das terras do estado aos empresários sulistas.

Não tardou para que os empresários empreendessem uma corrida latifundiária sobre a região. Segundo Allegretti (2002), os proprietários novos da terra, apoiados nos incentivos fiscais fartos iniciaram os desmatamentos para a implantação de projetos agropecuários. Por outro lado, e liderados por Chico Mendes, os seringueiros tomavam consciência dos perigos das políticas desenvolvimentistas sobre seu modo de vida e passaram, então, a articular a resistência (Allegretti, 2002; Simonian, 2000). Estavam, assim, definidas as condições estruturais que suscitariam os conflitos pela posse do território e conservação da floresta amazônica.

¹³ Governador do Acre, Wanderley Dantas (1971-1974).

Em resposta à expansão latifundiária e ao acirramento dos conflitos, foram instituídos os primeiros instrumentos de representatividade dos extrativistas entre os anos 1975 e 1977, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasileia e Xapuri (AC), fatos que demonstram a *expertise* de Chico Mendes em mobilizar e expandir a organização sindical no meio rural. Segundo Allegretti (2002), a instituição dos sindicatos definiu duas questões importantes. Primeiro, permitiu aos trabalhadores rurais o conhecimento e a tomada de consciência sobre a legislação acerca da posse da terra e as arbitrariedades cometidas pelos latifundiários; segundo, a instituição dos Sindicatos não foi suficiente para dar efetividade à legislação.

Desse modo, em 1976, o movimento articula-se em torno de ações de resistência efetivas contra a destruição da floresta amazônica e o direito de posse da terra por meio dos *empates*. A tática do *empate* às derrubadas consistia em perfilar os seringueiros e familiares entre a floresta que seria devastada e os peões, jagunços, maquinários e motosserras. Tratava-se de uma ação baseada no diálogo, para tentar convencer peões e jagunços a serviço dos fazendeiros a desistirem de derrubar a floresta. Chico Mendes participou ativamente dos *empates* na condição de líder e sua luta contra a ocupação massiva das terras amazônicas se dava por via pacífica.

Nos termos de Allegretti (2002, p. 337), os *empates* na percepção de Chico Mendes abriam um espaço instigador para se discutir “[...] a defesa da floresta, a luta pela sobrevivência, a aplicação da lei e o reconhecimento dos direitos conquistados historicamente”. Com isso, os seringueiros concebiam um modelo próprio de embate contra a pressão fundiária, ao desmatamento, bem como

apresentavam uma alternativa que alinhava distribuição de terra, equidade social e valorização da floresta (Allegretti, 2002; Mendes, 1989; Simonian, 2000). A saber, os *empates* passaram a ser referência em toda a Amazônia, resultando em uma proposta de reforma agrária com aspectos diferenciados do modelo tradicional.

Entre os anos de 1977 e 1982, Chico Mendes tornou-se porta voz dos povos da floresta na câmara municipal de Xapuri ao exercer o mandato de vereador. Allegretti (2002, p. 251) revela que Chico Mendes fez uso do “[...] espaço político para denunciar os conflitos, responsabilizar os governos estadual e federal pelos problemas de terra, e apoiar o Sindicato na defesa dos seringueiros frente aos fazendeiros”. Ela acrescenta que esse período foi marcado fortemente pelo crescimento da organização sindical, pela consolidação da liderança de Chico Mendes como político e sindicalista, pelo acirramento dos conflitos e a execução de uma liderança sindical de importância imensurável.

Allegretti (2002) observa que ainda nesse mesmo período ocorreu a multiplicação dos *empates* às derrubadas da floresta, a divulgação dos conflitos pela imprensa, a pressão sobre os órgãos federais e estaduais com vista à regularização fundiária. O apoio da Igreja Católica e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) foi de fundamental importância para a atuação de Chico Mendes na Câmara dos Vereadores de Xapuri¹⁴. Projeção que avançou com alianças novas firmadas com lideranças sindicais importantes¹⁵ nacionais que resultou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre e lideranças seringueiras de outros estados da Amazônia.

Nos anos de 1980, com o fim do sistema de aviamento ou de servidão nos termos de Geffray

(1995), as estradas de seringa que partiam das proximidades das residências é que garantiam os direitos de ocupação. Mas em meados dessa década, o processo de redemocratização avançava sobre o país, momento oportuno para inserir a discussão dos seringueiros no cenário nacional. Assim, deu-se início a uma mobilização que reuniu inúmeros representantes extrativistas dos mais diversos e longínquos pontos da Amazônia para participar do I Encontro Nacional de Seringueiros ocorrido em outubro de 1985 em Brasília.

Dessa iniciativa surgiram duas importantes deliberações: a criação do CNS e a instituição das Resex. Allegretti (2002) lembra que a entidade surge em defesa dos interesses dos povos da floresta e sob a liderança de Chico Mendes. A autora acrescenta ainda que o Encontro Nacional dos Seringueiros deu significativa projeção à luta dos povos da floresta.

As conexões entre o movimento seringueiro, ambientalistas e organismos internacionais foram assentadas rapidamente. A autora ilustra esse momento, quando diz que:

Na semana seguinte ao Encontro Nacional dos Seringueiros, no dia 28 de outubro de 1985, teve início, em São Paulo, audiências públicas organizadas pela *World Commission on Environment and Development*, presidida por Gro Harlem Brundtland, ex-primeira ministra, e ex-ministra de Meio Ambiente da Noruega. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento era um organismo novo e autônomo, criado em 1984, com o objetivo de examinar os problemas críticos sobre meio ambiente e desenvolvimento e propor à comunidade internacional melhores meios e vias para resolvê-los. Por iniciativa de Adrian Cowell, o recém-criado [CNS] foi convidado a participar das audiências públicas (Allegretti, 2002, p. 462).

E mais, em 1985, as alianças se intensificavam em torno da defesa do patrimônio natural da Amazônia e o direito à posse da terra.

Isso posto, fortaleceram-se as aproximações de seringueiros e indígenas rumo à efetivação da APF. Esta possibilidade teve por objetivo fortalecer os vínculos e unificar seus interesses frente ao desmatamento e à implantação de um modelo de desenvolvimento que respeitasse o modo de vida das comunidades tradicionais. Essa aliança, ainda segundo Allegretti (2002, p. 555), visava “[...] inserir nas políticas do governo as prioridades dos seringueiros, fazer isso de forma articulada com os índios e dar visibilidade às suas propostas para a opinião pública”.

Nessa perspectiva, entende-se que tornar a Amazônia mundialmente conhecida pela ameaça de destruição da floresta tropical, a partir da realidade de seu povo, tenha sido um dos legados valiosos de Chico Mendes. A partir de então, o mundo conheceria um paradigma novo, forjado no seio da floresta, que engajava direitos ambientais, direitos humanos e equidade social. Em reconhecimento à grandeza do líder desse movimento, Chico Mendes foi condecorado com honrarias, como explicita Allegretti (2002, p. 740): “[...] em 1987 ganhou o Global 500, prêmio da ONU e, em 1988, a medalha da *Better World Society*, organização ligada à CNN, e o título de cidadão honorário do Rio de Janeiro”.

A aliança entre indígenas, seringueiros da Amazônia e ambientalistas internacionais produziu fundamentos novos à discussão do desenvolvimento e à conservação ambiental planetária. No início dos anos 1980, organizações ambientalistas norte-americanas produziram manifestos em defesa

¹⁴ Com sua atuação, pela primeira vez um seringueiro atingiria uma posição de destaque no cenário da política local e estadual.

¹⁵ Como Luis Inácio Lula da Silva, então sindicalista do ABC Paulista.

das florestas tropicais (Allegretti, 2002). Por sua vez, elas condenavam o financiamento dos bancos multilaterais, dinheiro dos contribuintes dos países ricos, aos investimentos em áreas ambientalmente vulneráveis. Elas também alertavam para o impacto que estes projetos poderiam provocar às populações indígenas que habitavam o território para onde se destinavam os financiamentos.

Nota-se que a questão ambiental adquiria, pela primeira vez, magnitude internacional que repercutiria em todos os países e a destruição das florestas tropicais se tornaria tema central desse debate. Os seringueiros assumiam o protagonismo de uma proposta nova para a Amazônia que seria rapidamente assimilada pelas instituições internacionais. Em 1986, em janeiro, uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) visita a comunidade de Xapuri.

No ano seguinte, Chico Mendes foi convidado a participar de uma reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Miami. Essa informação é referendada por Allegretti (2002) que diz que:

Chico foi o protagonista de uma das ações de maior impacto na política dos Bancos Multilaterais. Tomando as críticas ao Polonoroeste do Banco Mundial como antecedente, e a Reunião Anual do BID em Miami, em 1987, como cenário, Chico Mendes [...] conversou com os doadores do Banco. Disse que os compromissos assinados pelo Brasil não estavam sendo cumpridos e que se a estrada continuasse sendo construída sem as medidas de proteção aos índios e aos seringueiros, poderia trazer um alto impacto social e ambiental para o Acre e a Amazônia (Allegretti, 2002, p. 741).

A autora observa que a partir desse momento formou-se:

Um forte movimento de pressão junto aos representantes dos países doadores de recursos ao BID, articulado por ONGs norte-americanas e europeias, e pelo Senado dos Estados Unidos, juntamente com os *empates* locais e as propostas alternativas tramitando nos órgãos governamentais brasileiros, levou o Banco a suspender os desembolsos de recursos ao governo brasileiro (Allegretti, 2002, p. 741).

Aliás, esse é um momento importantíssimo para o movimento ambiental global, o que também foi analisado por Keck & Sikkink (1998), que, dentre outros aspectos, trataram das questões críticas da política ambiental brasileira e do que acabou se transformando em pressões das ONG nacionais e de instituições/ONG internacionais sensíveis à causa dos povos da floresta junto aos bancos multilaterais e aos governos. Tal processo trouxe muitos dos benefícios esperados por seringueiros, agroextrativistas, indígenas, notadamente quanto à questão da terra.

Note-se, ainda, que o ano de 1987 foi extremamente produtivo ao movimento dos seringueiros. Segundo informações do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), Chico Mendes realizou quatro viagens internacionais: duas aos Estados Unidos da América (USA), uma à Europa e outra a Cobija, na Bolívia. Várias viagens interestaduais - Brasília, Curitiba, Goiânia e Rio de Janeiro - para realização de palestras em universidades. E mais, realizou cerca de 15 reuniões nos seringais de Xapuri, Brasileira e Assis Brasil e visitou mais de 200 “colocações”. Estreou em um filme internacional e concedeu entrevistas para canais de televisão no Brasil e no exterior.

Chico Mendes havia de fato assumido a posição de liderança na questão amazônica, principalmente no cenário internacional, e percebera o espaço que se abria quando o tema era a floresta,

meio ambiente e aliança dos seringueiros com os índios, conforme Allegretti (2002). Contudo, já haviam se consolidado as redes locais, nacionais, internacionais em uma teia de apoio à formulação de alternativas à resolução dos conflitos sociais, e à elaboração de uma proposta inovadora de acesso e uso dos recursos naturais da Amazônia. Tratava-se de proposições capazes de influenciar as políticas nacionais e internacionais de meio ambiente e de desenvolvimento.

Entre as propostas estava a criação da Resex que havia sido adaptada ao modelo tradicional de reforma agrária existente no país e deu origem aos PAE, criados em 1987 no Acre, no Amapá e no Amazonas, segundo Allegretti (2002). O assassinato de Chico Mendes em 1988 não pôs fim ao avanço e às conquistas do movimento seringueiro. Em 1990, foi assinado o Decreto Presidencial que regulamentava a Resex. A autora afirma que se tratava de uma área protegida de uso sustentável por populações tradicionais; dentre as primeiras reservas criadas estavam as Resex Chico Mendes, Alto Juruá (AC), Rio Ouro Preto (RO) e Rio Cajari (AP).

Chico Mendes também liderou, de certo modo, o processo que resultou na inserção da variável social ao debate ambiental mais amplo. Preencheu-se, assim, uma lacuna presente no movimento ambientalista nacional e internacional e nas políticas governamentais brasileiras. Esse entendimento foi levado à Conferência do Rio, em 1992, segundo Allegretti (2002). Porém, o legado de Chico Mendes vai muito além e tornou-se referência à consciência ambiental do país. O líder ambientalista dá nome ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), cuja missão é “[...] **proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento**

socioambiental” (Brasil, N. d., n. p.). Atualmente, em território nacional constam 66 UC identificadas como Resex florestais e marinhas federais.

Esse legado ainda tem sido lembrado como um elemento inovador/transformador. Por exemplo, a liderança sindical e ambientalista amapaense Pedro Ramos¹⁶ tem ressaltado a importância de Chico Mendes como agente inovador e revolucionário:

Até hoje eu sinto a falta do Chico (refere-se a Chico Mendes), muita falta dele, nós tínhamos o pensamento mais ou menos igual, mas ele era o cara que inovava, corria atrás do diferente. A luta, a novidade foi a criação das reservas extrativistas. E novidade que apresentamos para o governo. E hoje a gente está precisando do novo? Está precisando do diferente? Nós estamos (Ramos, 2016, não paginado).

Esse pensamento remete ao desenvolvimento endógeno (Vasquez-Barquero, 2001), à colaboração de parte das populações extrativistas para com as políticas públicas e ao fortalecimento de seus próprios anseios e de suas próprias lutas por um porvir de condições melhores de vida.

4. Resex amazônicas: políticas e gestão públicas

Os processos de proposição, definição, criação e implantação das Resex surgiram no Brasil dos anos de 1980 e 1990, quando o Estado reconheceu os direitos de ocupação e de usufruto das populações extrativistas. Nesta direção, a Constituição Federal (Brasil, 1988, art. 225) definiu que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e

¹⁶ Entrevista concedida a Marlinda Patricio em 03.02.2016, em Macapá/Amapá.

à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Consolidava-se, assim, o contexto regulatório para a criação das reservas em questão.

O primeiro documento a reconhecer oficialmente essa modalidade de UC foi o decreto federal n. 98.897, de 30.01.1990. A partir dele, as Resex foram definidas como “[...] espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista [...]” (Brasil, 1990, art. 1º). Dez anos após, institui-se no país o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o que fora feito por meio da Lei n. 9.985 de 18.07.2000¹⁷. A participação dos seringueiros e de outros extrativistas nesses processos foi importante para assegurar a transformação de suas propostas em lei.

A criação e a gestão dessas UC ocorreram inicialmente na Amazônia brasileira, precisamente a partir de 1990. As políticas públicas então definidas com tais finalidades surgiram a partir da esfera federal, ou seja, da União, sendo que só mais tarde – nos anos 2000 – as administrações estaduais e municipais passaram a criar e administrar Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UCUS). Ainda, essa mesma figura legal seria usada para criar e implementar as Resex marinhas na costa brasileira.

No Brasil, criaram-se Resex federais, estaduais e municipais, sendo nos ambientes de floresta amazônica, da Mata Atlântica e de outras regiões do país, como no Nordeste e no Leste. Mas uma questão enorme persiste que é a da gestão dessas reservas e, também, porque não, a problemática da governança. De fato, o impasse maior é quanto à inação do Estado nos níveis mais diversos da

gestão, o que, junto ao desrespeito à Constituição vigente e à legislação, vem inviabilizando em parte a sustentabilidade do *modus vivendi* dos habitantes dessas AP. Inclusive, é quanto às insustentabilidades tantas ali encontradas que, dentre outros, Batista e Simonian (2013), Santos & Simonian (2017) e Simonian (2000; 2007), têm chamado a atenção e mesmo se manifestado a respeito.

A saber, em que pese a participação dos usuários e/ou outros segmentos sociais envolvidos in *locus*, as ações públicas resultam de planejamentos ainda impostos no sentido *top-down*; nesses termos, as mesmas envolvem recursos destinados às atividades produtivas que não chegam no tempo de serem implementados; são programas educacionais e de capacitação inadequados às realidades locais – isso quando existentes; são programas de saúde e habitacionais que não atendem às necessidades das famílias; são limitações nas áreas do transporte e das comunicações, etc.

Mas, geralmente, faltam recursos para que se assegurem os planos de uso ou de utilização, os planos de manejo, os conselhos consultivos e a contratação de gestores, para que se implementem pesquisas vinculadas à produção, às tecnologias e à cultura. Entretanto, exceções existem, a exemplo do governo estadual no Acre, que tem feito, em instâncias diversas, um esforço grande para viabilizar a permanência da população extrativista nas Resex. E vejam-se as experiências de pesquisadores como a de Paulo Kageyama, que criou a proposta de ‘ilhas de diversidade’ nos SAF das colocações, e as do CTA especialmente na capacitação dos seringueiros¹⁸.

¹⁷ Este decreto teve por objetivo regulamentar o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição vigente (Brasil, 1988).

Nessa direção, no Brasil as políticas públicas têm, quando implementadas, deixado a desejar na maioria das vezes. A respeito disso, Simonian (2001, p. 23) argumenta que “[...] apesar de alguns avanços, as políticas públicas têm sido negativas quanto à sustentabilidade dos recursos naturais, à eficácia econômica e aos interesses sociais”. Em parte, isso continua a ocorrer devido ao descaso com a educação no país e, principalmente, na Amazônia, onde a problemática ambiental, a do desenvolvimento humano e social são mais que críticas (Silva & Simonian, 2017). Por conseguinte, as Resex e mesmo outras AP/UC vêm sentindo o impacto de tais desdobramentos.

O PPG7 deixou a desejar enquanto política e ação pública voltada à Amazônia brasileira quanto a seus propósitos e, em especial, por não ter atendido a todas as UC/AP e as respectivas áreas de entorno. Embora pontuais e executados em períodos restritos, os Projetos Demonstrativos (PD/A) foram em alguma medida exitosos, assim como também alguns esforços dos projetos Pró-Manejo, Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (Pró Várzea), do Programa de Gestão Integrada Ambiental (PGAI) dentre outros. Mas ante a retirada do apoio financeiro as dificuldades se impõem novamente. Assim, surge a necessidade de “pilotos” novos, pois não há uma execução plena integrada com as políticas de *mainstream*¹⁹.

No Brasil, pesquisas de campo nas Resex vêm revelando isso de modo muito consistente. Os estudos têm evidenciado que a garantia do acesso à

terra e aos recursos naturais ali existentes são, sem dúvida, os avanços mais importantes encontrados. Mesmo assim, nessas reservas e em outras UC/AP como as TI, se encontram muito conflitos e muita cooptação dos usuários com os segmentos dominantes da sociedade regional e com as presenças globais via negócios e projetos.

Precisamente, são muitos os conflitos de natureza fundiária, de exploração de recursos naturais ou de ordem identitária e cultural. Assim, existem muitos casos de falta de demarcação das Resex, a exemplo das marinhas da costa paraense, o que dificulta o respeito a seus limites²⁰. Encontram-se também conflitos por “sobreposição” com outras AP, como entre direitos territoriais indígenas e Resex (Vaz Filho, 2013). Todavia, conflitos territoriais ou quanto aos recursos naturais existem com relação a proprietários ou posseiros das áreas de entorno das Resex; a saber, elas são invadidas para a realização de turismo, inclusive o de pesca, para a apropriação indevida de recursos pesqueiros ou florestais etc ²¹.

Ainda internamente, tem-se ampliação de atividades de parte de usuários que contrariam as finalidades das Resex, bem como conflitos de gestão. Dentre as mais comuns têm-se a expansão da pecuária e da exploração da madeira. A questão da gestão pública é muitas vezes conflitiva, quer em decorrência de sua fragilidade como a falta de técnicos e problemas com os gestores – no mais das vezes, devido à ausência –, quer devido a faccionalismos internos, a tensões e mesmo à violência.

¹⁸ Exemplar nesta direção é o Projeto Poronga; ele vem sendo realizado pelo CTA e pela Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEDUC-AC) desde os anos iniciados em 1980, principalmente com cursos identificados como “no meio do mato”.

¹⁹ Isto só começa a acontecer mais recentemente com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDAM).

²⁰ Conforme dados levantados em 2017 nessa área paraense, as Resex demarcadas não chegam a 20%.

²¹ A exemplo do que ocorre nas Resex de Capanã Grande (Amazonas) e da Mãe Grande (Pará).

Mesmo assim são essenciais as resistências que têm permeado positivamente o cotidiano dos habitantes das Resex e de outras UC/AP. Uma educação de qualidade e adequada à vida na floresta, nas áreas ribeirinhas e entre os agricultores de porte pequeno é um dos aspectos que se aponta como essencial para a superação de limitações econômicas, sociais e tecnológicas no contexto dessas áreas. Mas essa educação teria/tem que ser acompanhada pela redefinição/implantação de uma gestão e de

FONTE: Arquivo de L. Simonian, 1987; autoria: L. Simonian, 1987²³.

²³ Da esquerda para a direita: Raimundo Mendes de Barros, Jaime da Silva Araújo, Osmarino Amâncio Rodrigues, Alfredo Sueiro Sales, Chico Mendes e Siã Kaxinawá.

FIGURA 2 – Chico Mendes discursando em Brasileia, Acre, em 1987.

FONTE: Arquivo L. Simonian, 1987; autoria: L. Simonian, 1987.

uma governança no sentido de garantir qualidade, continuidade e efetividade quanto à proteção dos recursos naturais, à saúde, à produção agroextrativista, ao associativismo, ao combate à violência etc.

5. RESEX amazônicas: participação social

A participação é um dos elementos mais significativos dos processos de transformação social em todos os tempos. Dentre outros autores Gohn (1995), Silva (2003) e Silva & Simonian (2015) têm se posicionado nessa direção. Inclusive, Escobar

(2014) lembrou, há pouco, a centralidade de Chico Mendes nos processos de elaboração teórica-conceitual e de luta dos seringueiros, demais extrativistas e indígenas quanto a seus direitos territoriais e aos recursos naturais. Mais, na esteira desse compromisso, esse ambientalista soube influenciar os seus companheiros de trabalho e de labuta na floresta e em outros contextos, isso no sentido de fortalecer a natureza participativa que a proposta da criação de Resex subsumia.

A criação do CNS constituiu-se em tentativa de potencializar a participação dos que viriam a ser os usuários das Resex. Este conselho cumpriu um papel importante nos primeiros anos da luta dos

seringueiros pelo respeito à sua territorialidade e aos direitos aos recursos naturais nelas existentes. Junto à APF, esse movimento se consolidou (Figuras 1 e 2). Cada vez mais os extrativistas começaram a se organizar em toda a Amazônia brasileira e mesmo fora dela, no sentido de ter o reconhecimento para direitos similares (Batista, 2010²⁴; Encontro, 2007; Silva, 2003²⁵; Simonian, 2010). No total, hoje são 66 Resex federais e 28 estaduais. Nelas, encontram-se associações, cooperativas, conselhos gestores dentre outras organizações.

Nesta perspectiva e como se depreende de Simonian (2001), as mulheres têm participado desses processos para além dos *empates* em defesa da floresta nos primeiros anos das lutas (Allegretti, 1994; Mendes, 1989). Pelo que se tem observado em campo, para as mulheres extrativistas a possibilidade de mobilização é dificultada pelos encargos familiares. Mas, mais recentemente, os subsídios governamentais – as chamadas bolsas escola, verde etc. – têm retirado, em muitos casos, as mulheres dos processos produtivos. Inclusive, muitas veem isso como algo positivo devido ao desgaste físico e emocional do trabalho duro na floresta; e não raramente, algumas chegam a assumir posições de direção nas associações e nas cooperativas.

A questão educacional é uma limitante nas Resex, em especial quanto à dinâmica participativa dos usuários das Resex (Costa, 2014; 2009; Ferreira, 2002; Santos, 2015). Apesar da disseminação das instituições de nível superior no interior, poucos são os seringueiros e outras pessoas que vivem em áreas de floresta e ribeirinhas distantes que conseguem acesso à educação de nível médio e superior. Apenas recentemente as gerações mais jovens estão

tendo acesso à educação em níveis mais elevados. No entanto, tal tendência atinge somente os usuários que vivem próximos às cidades. Os que conseguem sair das áreas distantes, acabam se deslocando para as áreas urbanas com tal finalidade.

Na medida em que essas UC foram surgindo, impasses na gestão territorial, administrativa e ambiental começaram a ocorrer, principalmente de parte das instituições públicas responsáveis, a saber, do IBAMA inicialmente e do ICMBIO desde 2007, o que tem repercutido no dia a dia e na capacidade de mobilização dos usuários. Isso têm tido a ver com questões políticas, a saber, as limitações da gestão pública federal, a falta de apoio das gestões dos estados e dos municípios, descumprindo assim suas responsabilidades constitucionais quanto às AP/UC. Tais desdobramentos limitam em muito a ação dos usuários, que na maioria das vezes não dispõem de recursos para investir no associativismo e demais mobilizações sociais.

De fato, todas as Resex criaram associações e/ou cooperativas, mas as dificuldades de acesso a recursos em geral e, em particular, ao destinado à atividade produtiva e o esforço de se chegar à sustentabilidade têm restringido muito a possibilidade do desenvolvimento local, endógeno. Note-se que o sistema econômico-institucional exigiu que os usuários assim procedessem, caso contrário o que foi e vem sendo viabilizado em termos de recursos não seria disponibilizado. Como Silva *et al.* (2013) revelam, no mais das vezes, os associados e/ou cooperativados não dispõem de educação formal e capacitação para planejar, demandar e gerenciar recursos. Assim, o que se precisa é efetividade das políticas públicas.

²⁴ Conforme nota no.9, para o acesso a essas referências ver: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/menu/263>.

²⁵ Ver a nota anterior.

Um dos entraves tensos enfrentados pelos usuários das Resex e por suas organizações diz respeito às ameaças à integridade de suas reservas territoriais e de recursos naturais. Exemplos disso são as tentativas de redução das áreas, a exemplo da Resex Renascer, PA, quando em 2013, o Congresso tentou reduzi-la drasticamente, o que foi impedido devido à mobilização dos usuários. Na Resex de Soure, usuários de uma das vilas têm o acesso dificultado por uma fazendeira (Falcão, 2013; Santos Júnior, 2006). No que se refere aos recursos naturais, toda sorte de abuso é encontrada, sendo que madeiras, peixes e caranguejos estão dentre os mais furtados ou roubados dessas áreas.

Essas tensões têm enfraquecido as possibilidades de renovar as lideranças e isso tanto em âmbito local, como no do movimento social. Corroboram nessa direção as ausências prolongadas dos gestores, muitos dos quais residem nas cidades próximas ou mesmo nas capitais dos estados da região Norte. Isso gera um vazio administrativo e praticamente pouco ou nada se articula em relação à inspiração aos jovens. Ainda, agrava essa situação o uso crescente de drogas e a gravidez precoce entre a juventude dessas áreas rurais.

Assim, um esforço contínuo é essencial para que se superem essas ‘mazelas’ do sistema mais abrangente. No caso do estado do Amazonas, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) tem priorizado a atenção na capacitação técnica dos jovens e no seu fortalecimento no sentido do poder político, o que evidencia um acerto. Com isso, seu objetivo principal é o de que as jovens e os jovens assumam posições de liderança na montagem de empreendimentos sustentáveis de natureza ambiental, socioeconômica e cultural nas 19 Resex e RDS do estado.

6. Conclusões: avanços, limitações e possibilidades

Pode-se afirmar que a questão ambiental vem desde sempre sendo investigada, analisada e pensada enquanto possibilidade de superação quanto aos desdobramentos traumáticos da ação humana sobre o ambiente. Apesar disso, foi a partir da obra *Silent Spring* (Carson, 1960), que essa problemática começa a ser investigada sistematicamente, pois as ameaças à Terra se intensificaram e começaram a ocorrer de modo cada vez mais danoso e anti-humano. Evidentemente, as relações entre humanos e natureza implicam em dialeticidade, assim que foram e continuam sendo permeadas por contradições, tensões e toda sorte de violências.

Na medida em que se tem uma aproximação aos tempos mais atuais, a proposta de criação e implementação das Resex surge como uma proposta excepcional e que poderia ser sustentável, pois partia do pressuposto de que a coexistência entre os seres humanos e a natureza seria possível. Chico Mendes e um grupo de seringueiros e indígenas do Acre capitanearam inicialmente uma luta política intensa nesse estado e no país, na expectativa de garantir a permanência da floresta em pé e contra os interesses econômicos madeireiros e pecuaristas. Na esteira dessa luta, o Estado reconheceu essa demanda em 2000 ao estabelecer os instrumentos legais necessários à criação e implementação dessas reservas.

Políticas públicas de ordens diversas foram articuladas neste contexto para que se garantisse a criação das Resex, o que ocorreu a partir de 2000 com as Resex Chico Mendes, Alto Juruá (AC), Rio Ouro Preto (RO) e Cajari (AP). Depois disso e até

o momento, dezenas dessas AP/UC foram criadas e implementadas, sendo a maioria federais e na Amazônia; de fato, criaram-se Resex estaduais, mas são minorias. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem sido responsável por essas políticas, mas em alguns casos outras instituições públicas têm também se envolvido, a exemplo do INCRA, principalmente com seus projetos habitacionais padronizados e que distam muito das necessidades das culturas das populações tradicionais.

No que diz respeito aos recursos financeiros, as ações nas Resex têm estado ligadas a investimentos internacionais, a exemplo do PPG7 e da ONU, dentre outros. E embora alguns projetos tenham tido ao menos parcialmente resultados positivos quanto a alguns aspectos das políticas públicas, seus legados têm sido pequenos no interior das reservas. Inclusive, os usuários enfatizam com uma frequência enorme que uma parte grande dos investimentos é alocada nas atividades meio, ou seja, as do planejamento – no mais das vezes *top down* – e das consultorias. Críticas ainda são feitas por esses mesmos usuários de Resex em relação a suas lideranças, que muitas vezes são treinadas, mas não repassam os conhecimentos aos demais.

Do ponto de vista da gestão das Resex, a situação tem sido predominantemente crítica, embora com exceções. Todas as pesquisas – dissertações e teses – que serviram de base para esse artigo demonstram isso em detalhes, quer quanto à proteção das áreas e respectivos recursos naturais, quer quanto à condição socioeconômica dos usuários. Nos embates de seus cotidianos, muitos usuários das Resex têm superado as condições adversas dominantes. Ainda, note-se a existência de problemas distintos que atingem essas reservas a partir das áreas de entorno, como esbulho, furto e mesmo roubo de recursos,

e cooptação de lideranças ou de outros usuários quanto ao usufruto específico dos recursos naturais.

Neste ponto importa ressaltar a necessidade de se fortalecer as associações e cooperativas existentes nas Resex, em outras AP/UC e mesmo nas áreas de entorno; também, ampliar as condições de acesso à educação e à profissionalização entre as crianças, a juventude e mesmo os adultos, porém de modo diferenciado: priorizando as condições locais e regionais, embora sem perder as possibilidades de intercâmbio com outras realidades ambientais e socioculturais; e, ainda garantir condições de saúde, o que inclui uma base alimentar saudável e, dentro do possível, a partir dos recursos naturais locais.

Assim, há de se pensar sobre o futuro das Resex, um dos legados de Chico Mendes, de seringueiros e da APF. Neste ponto, ressalte-se a importância dessas UC quanto à proteção aos direitos territoriais e aos recursos naturais dos seus habitantes, bem como de outros que ainda seguem lutando pelo reconhecimento de suas áreas enquanto Resex. Na sequência, há de se garantir os recursos necessários para a implementação de projetos produtivos fundamentados na sustentabilidade, o que por sua vez implica em educação de qualidade, saúde, fiscalização e respeito à diversidade cultural. Só assim se poderá alcançar uma responsabilidade socioambiental plena e a serviço da sociedade.

Agradecimentos

Na condição de autora, agradeço a oportunidade de publicar este artigo, em especial às responsáveis por esta Edição Especial da Revista DMA/UFRP, as Dras. Mary Allegretti, Lucia Helena de O. Cunha e Marianne Schmink. Também agradeço

aos avaliadores que a partir de suas leituras cuidadosas indicaram pontos críticos e também fizeram sugestões. Ainda, em nome do editor Dr. Thiago Serafini, estendo tais agradecimentos à equipe responsável pela Revista; todavia, agradeço aos Drs. Antonio Jorge Ataíde Souza e Marlinda Melo Patrício - meus ex-orientandos, à doutoranda Ádria Macedo, minha orientanda, pelas contribuições por ocasião da produção ora publicada e ao NAEA/UFGA, pela disponibilização de tempo para que eu pudesse produzi-lo.

Referências

- Allegretti, M. H. *A construção social de políticas ambientais*: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília, Tese (Desenvolvimento Sustentável) – UNB, 2002.
- Allegretti, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: Arnt, R. (Org.). *O destino da floresta*: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.
- Allegretti, M. H.; Fígoli, L. *Extrativismo na Amazônia*: alternativas econômicas e sociais frente ao impacto da BR 364. Ante-Projeto de Pesquisa. Brasília: IPEA, 1985.
- Almeida, A. W. B. de. Universalização e localismo. *Movimentos sociais* e crise nos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Revista Debate*, CESE, 3, 23-40, 1994.
- Batista, I. M. da S. *Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá*. 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- Batista, I. M. da S.; Simonian, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? *Novos Cadernos do NAEA*, 16, 203-220, 2013.
- Benjamin, A. M. da S. *Agroextrativismo*: sustentabilidade e estratégias na reserva do rio Cajari. Belém, Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – UFPA, 2004.
- Bourdieu, P. *Sociologie d'Algérie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- Brasil. *Decreto-Lei n. 98.897/1990*. Regulamenta as Reservas Extrativistas. Brasília, 31.01.1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm. Acesso em: fev. 2018.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). *Missão*. Não datado, não paginado. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/missao1>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- Brasil. *Medida Provisória n. 558, de 5 de janeiro de 2012*. Dispõe sobre redução de limites de UC/AP na Amazônia. Brasília: Presidência da República, 2012.
- Brasil. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. *Lei n. 9.985*. 2000. Disponível em: www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc. Acesso em: out. 2016.
- Bruch, G.-P. A Aliança dos Guardiões da Amazônia. In: *Ensaio e textos libertários*. 2015. N. p. Disponível em: <https://arlindenor.com/2015/08/07/a-alianca-dos-guardioes-da-amazonia/>. Acesso em: fev. 2018.
- Campelo, L. Pará viola a OIT com criação de grupo sem ouvir indígenas e povos tradicionais. *Brasil de Fato*, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/21/para-viola-a-oit-com-criacao-de-grupo-de-trabalho-sem-ouvir-indigenas/>. Acesso em: 21.02.2018.
- Carson, R. *The Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin, 1960.
- Casanova, P. G. Colonialismo interno [una redefinición]. In: Boron, A. A., Amadeo, J., Gonzalez, S. (Org.). *La teoría desenvolvimentista hoy*: problemas y perspectivas. Buenos

Aires: CLACSO, 2006. p. 409-434.

Costa, A. P. *Políticas públicas e desenvolvimento nas Resex Verde para Sempre e Arióca-Pruanã, Pará*. Belém, 2014. 424 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2014.

Costa, A. P. *Políticas educacionais e desenvolvimento na Reserva Extrativista Verde Para Sempre, Porto de Moz (PA)*. Belém, 2009. 169 f. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2009.

Cowell, A. *The decade of destruction*. New York: Anchor, 1990.

Cunha, M. C. da; Almeida, M. B. de (Org.). *Enciclopédia da floresta: o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

Dorst, J. *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*. São Paulo: E. Bluchert, 1973.

Duroejeanni, M.; Pádua, M. T. J. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: UFPR, 2001.

Economia extrativista: “culto ao atraso é perigoso” Entrevista especial com Alfredo Homma. Revista IHU (On line). São Leopoldo: UNISINOS, 22 mai. 2012.

Ecuador: el bosque del Pambilar, una larga lucha por su defensa. *Boletín WRM*, 153, 2010. Disponível em: <http://wrn.org.uy/oldsite/boletin/153/Ecuador.html>. Acesso em: fev. 2017.

Ecuador: escudo humano en defensa del bosque de Mindo contra oleoducto. *Boletín WRM*, 2002. Disponível em: <http://wrn.org.uy/oldsite/boletin/54/Ecuador.html>. Acesso em: fev. 2017.

Encontro Nacional marcará reunificação do movimento fundado por Chico Mendes. Aliança dos Povos da Floresta. 21 junho 2007. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/alianca-dos-povos-da-floresta-279f>. Acesso em: junho de 2018.

Engels, F. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

Escobar, A. El desarrollo (de nuevo) en cuestión: algunas tendencias en los debates críticos sobre capitalismo, desarrollo y modernidad en América Latina. In: *Sentipensar*

con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. p. 25-66.

Falcão, L. B. *Turismo em Resex: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas Resex de Soure e de Curuçá no Pará*. Brasília, 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, 2013.

Ferreira, L. dos S. *Políticas educacionais e desenvolvimento: a experiência da Reserva Extrativista Marinha do Soure, Pará. Educação e Resex em Soure-PA: possibilidades para o desenvolvimento sustentável*. Belém, 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, 2002.

Geffray, C. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne: essai sur l'exploitation paternaliste*. Paris: Karthala Editions, 1995.

Gohn, M. G. M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

Gudynas, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. *América Latina em Movimiento*, 462, 1-20, 2011.

Gudynas, E.; Acosta, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Práxis Latinoamericana*, 53, 71-83, 2011.

Haber, W. Sustainable development from the perspective of human ecology. In: *Inconvenient ecological truths: a perspective on sustainability in the 21st century*. Munich: OEKOM, 2010. p. 47-64. (Hans Carl von Carlowitz Series, 1).

Hardin, G. The competitive exclusion principle. *Science*, 131, 3409, 1292-1297, 1960.

Homma, A. Economia extrativista: ‘Esse culto ao atraso é perigoso’. Entrevista especial com Alfredo Homma. In: *Amazônia: notícia e informação*. 22 maio 2012. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2012/05/economia-extrativista-esse-culto-ao-atraso-%C3%A9-perigoso-entrevista-especial-com-alfredo-homma/>. Acesso: junho 2018.

Homma, A. K. Deixem Chico Mendes em paz. *Veja*, 50, 106, 1989.

Keck, M. E.; Sikkink, K. *Activists beyond borders: advocacy*

- networks in international politics. Cornel U. P. 1998.
- Leis, H. R. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas Ciências Humanas. In: Philippi Júnior, A.; Silva Neto, A. J. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri, SP: Manole, 2013. p. 106-122.
- Lévi-Strauss, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1989.
- Malterud, K. Theory and interpretation in qualitative studies from general practice: why and how? *Scandinavian Journal of Public Health*, 44, 2, 120-129, 2016.
- Martins, F. J.; Soldá, M.; Pereira, N. F. F. Interdisciplinaridade: da totalidade à prática pedagógica. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 14(1), 1-18, 2017.
- Marx, K. *El capital: crítica de la economía política*. v. 1. México: Fondo de Cult. Econ., [1867] 1946.
- Mendes, C. *Fight for the forest: Chico Mendes in his own words*. London: LAB, 1989.
- Pinto, P. M.; Simonian, L. T. L.; Monteiro, M. de A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 24(3), 450-469, 2015.
- Prado, C. F. P. del. Inca technology and ecodevelopment: conservation of the victims in Pampa Galeras. In: Mcneely, J. A.; Miller, K. R. (Org.). *National Parks, conservation, and development*. Washington, D. C.: Smithsonian Institution, 1984. p. 575-580.
- Raynaut, C. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. *Interthesis*, 11(1), 1-22, 2014.
- Redclift, M. R. *Sustainability: life changes and livelihoods*. London; New York, Routledge, 2000.
- Revkin, A. C. *The burning season: the Murder of Chico Mendes and the fight for the Amazon Rain Forest*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1990.
- Sachs, I. *A terceira margem: em busca do ecodeenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Santos, A. M. dos. *Políticas públicas educacionais em áreas de Resex Marinha: caso Gurupi-Piriá/Viséu-PA*. Belém, 168 f. Dissertação (Mestrado/Programa de Pós-Graduação Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, 2015.
- Santos, A. M. dos; Simonian, L. T. L. Resex Marinha Gurupi-Piriá e políticas públicas educacionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 42, 308-327, 2017.
- Santos Júnior, G. da S. *Ações políticas do Estado e da sociedade acerca da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure/Marajó, PA*. Belém, 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, 2006.
- Shiva, V. The Chipko women's concept of freedom. In: Mies, M.; Shiva, V. (Ed.). *Ecofeminism*. Halifax: Fernwood Publications, 1993. p. 246-250.
- Silva, J. B. da. *Sustentabilidade institucional e participação comunitária na Reserva Extrativista do Rio Cajari*. Belém, Dissertação (Mestrado e Planejamento do Desenvolvimento), UFPA, 2003.
- Silva, J. B. da; Simonian, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 33, 163-175, 2015.
- Silva, J. B. da; Simonian, L. T. L. ; Costa, A. P. ; Batista, I. M. da S. Sustentabilidade institucional em Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, 316, 3-20, 2013.
- Simonian, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: Aragón, E. (Org.). *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: Editora do NAEA/UFPA, 2007. p. 25-44.
- Simonian, L. T. L. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Editora do NAEA, 2001.
- Simonian, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: Coelho, M. C. N.; Simonian, L.; Fenzl, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém, CEJUP; UFPA-NAEA, 2000. p. 9-53.
- Simonian, L. T. L. *Anotações de pesquisa realizada em*

Brasileia, Acre: Seringal Santa Quitéria área urbana do município. Brasileia, 1987. Arquivo pessoal.

Simonian, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá.* Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

Souza, M. Amazônia e modernidade. *Estudos Avançados*, 16, 45, 31-36, 2002. doi: 10.1590/S0103-40142002000200003

Stavenhagen, R. Clases, colonialismo y aculturación. Ensayo sobre uno sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica en América Latina. *Revista do Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, 4, 1963.

The World Bank. *PPG7, maior programa ambiental do Brasil, deixa legado de terras e espécies preservadas.* 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2012/07/19/ppg7-maior-programa-ambiental-brasil>. Mar. 2018.

Vaz Filho, F. A. Os conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a Resex Tapajós-Arapiuns no Pará. *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais*, 7(2), 143-183, 2013.

Vasquez-Barquero, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.* Porto Alegre: FEE, 2001.

Wallace, A. F. C. Revitalization movements. *American Anthropologist*, 58(2), 264-281, 1956.